

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Agro-bioenergia.**

**Período de Análise: 01/05/2016 a 31/05/2016**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Site Eletrônico da ABAG  
Carta Capital

**Estagiária: Ananda da Silveira**

## Índice:

<b>Etanol cai de novo e se torna mais vantajoso que gasolina.</b> Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 03/05/2016.....	3
<b>Crise na Venezuela: Três das quatro principais refinarias estão inativas.</b> O Globo, Economia. 10/05/2016.....	4
<b>Safra de açúcar do Brasil reduz projeção de déficit.</b> Bloomberg - O Globo, Economia. 16/05/2016.....	5
<b>Marco regulatório do etanol em pauta.</b> Camila Souza Ramos e Fernando Lopes – Valor Econômico. 16/05/2016.....	6
<b>EPA eleva mandato para biocombustíveis em 2017.</b> Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 19/05/2016.....	8
<b>AES Tietê planeja estrear em geração solar ainda este ano.</b> Camila Maia – Valor Econômico. 23/05/2016.....	9
<b>Empresas de energia emitem debêntures de curto prazo.</b> Daniela Meibak – Valor Econômico. 24/05/2016.....	11
<b>Justiça autoriza leilão de duas usinas do Grupo Infinity.</b> Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 24/05/2016.....	13
<b>Oportunidade para o nosso etanol.</b> Adriano Pires – O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 24/05/2016.....	14
<b>Empregos em energia renovável aumentam 5% em todo o mundo.</b> Bruno Rosa – O Globo, Economia. 27/05/2016.....	16
<b>Vale do Paraná e Albioma fazem joint venture em cogeração.</b> Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 31/05/2016.....	17

**Etanol cai de novo e se torna mais vantajoso que gasolina. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 03/05/2016.**

Os motoristas de São Paulo enfim estão vendo vantagem em abastecer seus carros com etanol em vez de gasolina. Na semana passada, o preço médio do etanol hidratado (usado diretamente no tanque) ficou abaixo de 70% do valor médio da gasolina (equivalente à eficiência do biocombustível ante o derivado fóssil). A última vez em que a correlação de preços foi favorável ao consumo de etanol foi no início de novembro de 2015.

Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o preço médio do etanol hidratado nos postos paulistas entre 24 e 30 de abril ficou em R\$ 2,403 o litro, o equivalente a 68% do preço da gasolina no mesmo período. O valor é 4% menor que o da semana anterior.

O etanol vem se desvalorizando nas últimas quatro semanas por causa do aumento da produção do Centro-Sul. O clima seco que predomina na região desde meados de março tem permitido um avanço da moagem de cana-de-açúcar da safra 2016/17, o que gerou uma oferta elevada para a época. Na primeira quinzena de abril, a produção do etanol hidratado quase dobrou em relação ao mesmo período de 2015 e alcançou 891 milhões de litros.

Quatro semanas atrás, o preço do etanol equivalia a 75% do valor da gasolina. Desde então, os postos de São Paulo já reduziram o valor do biocombustível em 11%. Além de São Paulo, o etanol também tem acumulado queda nas últimas quatro semanas em outros 17 Estados e no Distrito Federal.

Os consumidores estão se beneficiando de um movimento que já tem sido sentido pelas usinas há mais tempo. Desde a segunda semana de março, quando o preço do etanol para as usinas atingiu seu pico na entressafra - de R\$ 1,9528 o litro -, o valor recebido pelas usinas já recuou 31% até a semana móvel encerrada dia 29 de abril, conforme levantamento do Cepea/Esalq para o hidratado em São Paulo.

De acordo com um trader, a correlação de preços mais favorável ao etanol já desperta o interesse dos motoristas.

O consumo do etanol hidratado, que em março ficou em 1,130 bilhão de litros, deve alcançar 1,5 bilhão de litros por volta de outubro (mês em que a demanda costuma

atingir seu maior patamar ao longo do ano), calcula o trader. Ele estima que a paridade entre o etanol e a gasolina pode chegar a 62% em até duas semanas.

Apesar de o etanol estar mais competitivo, a demanda pelo biocombustível no ciclo 2016/17 ainda deve ficar abaixo dos volumes registrados na última temporada, quando o consumo de etanol saiu de um patamar de 1,448 bilhão de litros em março para 1,750 bilhão de litros em outubro.

Na última safra, as usinas deram preferência para a produção de etanol, aumentando a oferta doméstica e baixando os preços ao longo da temporada.

Já na safra atual, que deve ser mais direcionada à produção de açúcar por causa da alta remuneração do alimento, o mercado doméstico de etanol hidratado deverá encontrar um equilíbrio entre oferta e demanda se o consumo do biocombustível atingir até 1,5 bilhão de litros, segundo a mesma fonte.

Caso a demanda suba mais que o esperado e retome os patamares da safra passada, afirma ele, pode haver problemas de oferta durante a entressafra.

---

### **Crise na Venezuela: Três das quatro principais refinarias estão inativas. O Globo, Economia. 10/05/2016**

*Para suprir demanda por combustível, o país está importando gasolina*

CARACAS - Das quatro grandes refinarias da Venezuela, três estão desativadas e a principal causa é a falta de manutenção. As operações da refinaria El Palito, no estado Carabobo, estão suspensas temporariamente enquanto a de Puerto La Cruz está parada há dez dias para reformas estruturais. A Cardón, no estado de Falcón, apresenta problemas de funcionamento desde o final de março deste ano

O secretário-geral da Federação dos Trabalhadores Petroleiros do país, José Bordas, explicou que isso tem implicação direta na produção de derivados do petróleo, o que obriga o governo a importar diariamente 100 barris de gasolina de países como Estados Unidos e Curaçao.

“A importação de gasolina é muito custosa para o país. E a PDVSA (petroleira estatal) tem prioridade em importar esse produto. Por quanto tempo? De verdade, ainda não sabemos” afirmou Bordas ao jornal venezuelano “La Verdad”.

A refinaria Amuay, no estado Falcón, é um dos casos que mais chama atenção, pois a instalação apresenta problema no seu craqueador catalítico (equipamento usado para decompor os componentes do petróleo). A necessidade de reparos aos materiais refletem a deterioração da refinaria.

Iván Freitas, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Petroleiros, de Falcón, indicou que a capacidade atual da refinaria é de 180 mil barris de gasolina por dia, mas só produz 60 mil barris.

---

**Safra de açúcar do Brasil reduz projeção de déficit. Bloomberg - O Globo, Economia. 16/05/2016**

LONDRES - A safra recorde de açúcar do Centro-Sul do Brasil, principal região de cultivo do maior país produtor do mundo, fará com que a escassez global desta temporada seja 29 % menor que o previsto, segundo a Kingsman, uma unidade da S&P Global Platts.

A produção mundial ficará 5,48 milhões de toneladas abaixo da demanda na safra que começou em outubro passado, contra uma estimativa anterior de 7,67 milhões de toneladas, disse a empresa de pesquisas em um relatório. A produção na região subirá para 36,4 milhões de toneladas, 3,7 % a mais que em uma projeção anterior. A quantidade seria recorde, mostraram dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

“É esperada uma produção mais elevada no Brasil, especialmente no segundo e no terceiro trimestres”, disse a Kingsman. “Não há dúvida quanto à grande quantidade de cana à espera para ser esmagada no Centro-Sul do Brasil”.

Os futuros do açúcar negociados em Nova York deram um salto de 30 % nos últimos 12 meses depois que o mercado passou a registrar déficit após anos de oferta excedente e foi projetada mais escassez para a próxima safra. O estoque excedente acumulado nas cinco safras anteriores desaparecerá no ano que vem, disse a Organização Internacional do Açúcar na sexta-feira. ESMAGAMENTO DE CANA

As usinas do Centro-Sul do Brasil esmagarão 638 milhões de toneladas de cana e direcionarão 44,7 % da matéria-prima para a fabricação de açúcar, segundo a Kingsman. A fatia é maior que a estimativa anterior, de 44,2 %. As fábricas darão

preferência à fabricação do açúcar porque os preços oferecem retornos melhores do que a produção de etanol, que sofrerá com um declínio de 2,3 % na demanda do combustível provocada pelo aprofundamento da recessão do País.

Apesar de o Brasil por enquanto estar ampliando a oferta, a escassez global aumentará para 7,3 milhões de toneladas no período de 12 meses a partir de outubro porque o clima seco está prejudicando a safra na Tailândia, segundo a Kingsman. A produção no país asiático, o segundo maior exportador mundial, será de 9,6 milhões de toneladas em 2016-17, 18 % menor que o apontado em uma projeção anterior.

Na quinta-feira, a Sucres et Denrées projetou que o mercado internacional de açúcar mudará para um “ligeiro” excedente em 2016-17, em parte porque as safras se recuperarão nas regiões da Ásia assoladas pela seca. A trader com sede em Paris estima um déficit de cerca de 5 milhões de toneladas nesta safra.

---

**Marco regulatório do etanol em pauta. Camila Souza Ramos e Fernando Lopes – Valor Econômico. 16/05/2016.**

Depois da reação dos preços internacionais do açúcar e da melhora do mercado doméstico de etanol, o segmento sucroalcooleiro parece ter finalmente deixado para trás a conjuntura adversa que levou ao fechamento de dezenas de usinas na região Centro-Sul nos últimos anos e gerou dívidas totais que atualmente se aproximam de R\$ 100 bilhões.

Mas isso não significa que os problemas estão resolvidos, sobretudo no caso do biocombustível. Segundo a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), a conjuntura melhorou, é verdade, mas existem pendências estruturais que demandam políticas de longo prazo capazes de valorizar permanentemente as vantagens do produto em relação à gasolina, especialmente no front ambiental, e de garantir previsibilidade para a retomada de investimentos.

É preciso, pontua Pedro Mizutani, que assumiu recentemente a presidência do conselho deliberativo da Unica, estabelecer um "marco regulatório" para o etanol. Em entrevista ao **Valor** em companhia da presidente da entidade, Elizabeth Farina, o executivo, vice-presidente da Raízen, reiterou que o governo - que, pelo menos pelos próximos 180 dias, será comandado por Michel Temer - tem de reconhecer, em uma nova diretriz

política permeada por alguma vantagem econômica, o fato de as emissões de carbono do subproduto da cana serem muito menores que as da gasolina.

O abrandamento da carga tributária que incide sobre a cadeia do biocombustível continua a ser um dos principais caminhos apontados pela Unica para o reconhecimento dessa "externalidade positiva". Após anos de uma política de controle de preços da gasolina que ceifou a competitividade do etanol e embriagou os balanços das usinas, algumas medidas adotadas pelo governo Dilma devolveram competitividade ao etanol - a restituição da alíquota da Cide sobre a gasolina para R\$ 0,10 por litro, o aumento da mistura de anidro no combustível fóssil para 27,5% e a garantia de créditos presumidos do PIS/Cofins para as usinas, prevista para expirar no fim deste ano.

Mas, como gato escaldado tem medo de água fria, o segmento espera que os incentivos se consolidem na letra da lei, até para que seja possível atender às metas apresentadas pelo próprio governo brasileiro na COP-21, em novembro de 2015. Um dos compromissos assumidos foi elevar a fatia do etanol na matriz energética para 16% em 2030. Nos cálculos da Unica, isso significa expandir a produção do biocombustível para 50 bilhões de litros, ante os cerca de 28 bilhões de litros atuais.

Mizutani comemora o compromisso ambiental e ressalta que há uma mudança de consciência em relação às energias renováveis. Mas reconhece que é preciso um incentivo econômico para que isso se traduza em uma migração mais consistente do consumo de gasolina para o etanol. "A redução das emissões não é remunerada. Isso deve ser reconhecido para melhorar nossa competitividade. É importante ter um prêmio ambiental [para o etanol] ou uma taxa dos combustíveis fósseis".

A energia elétrica gerada a partir do bagaço de cana também está na cesta de produtos que a Unica defende que sejam valorizados. No ano passado, a comercialização de energia garantiu equilíbrio financeiro para algumas usinas, já que a seca no país impulsionou os preços do megawatt, mas o segmento entende que não deve depender de ciclos climáticos para impulsionar uma matriz renovável de geração de energia.

A geração de energia nas usinas, espalhadas pelo Centro-Sul do país, também tem a vantagem de estar mais próxima dos consumidores, o que reduz o custo de transmissão, ressalta Farina. "Essa vantagem também pode ser reconhecida nos leilões", afirma a presidente da Unica.

Mais do que uma interferência do governo no mercado de combustíveis e energia, o que as usinas enxergam em um marco regulatório é a garantia de que o segmento não estará mais sujeito a surpresas. Segundo Farina, "pode haver uma interferência maior ou menor, mas qualquer delas tem que ser previsível".

Ainda que uma diretriz de longo prazo não seja uma panaceia para o setor, Mizutani acredita que algo do gênero seja crucial para desencadear novos investimentos e recuperar parte do potencial de produção perdido - ainda que a moagem de cana no Centro-Sul tenha continuado a crescer mesmo com o fechamento de unidades

Do governo Dilma, o segmento aponta medidas positivas como Planos Safras com recursos ascendentes e, sobretudo, o lançamento de linhas de crédito como o Prorenova, para a renovação dos canaviais, e do programa de estocagem de etanol. Também deixou boa impressão a atuação da ex-ministra da Agricultura Kátia Abreu no comércio exterior, especialmente seu apoio à contestação da política de subsídios da Tailândia à exportação de açúcar na Organização Mundial do Comércio.

A Unica avalia, ainda, que o Poder Executivo não deve ser seu único campo de batalha. Para Farina, o Legislativo também precisa entrar no radar do setor, principalmente agora, em que avança a discussão do projeto de lei 1.013/11, que propõe a liberação da venda de carros leves movidos a diesel no Brasil.

---

**EPA eleva mandato para biocombustíveis em 2017. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 19/05/2016.**

A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês) propôs ontem que o mandato de biocombustíveis para serem adicionados à gasolina fique em 71,4 bilhões de litros em 2017, o que representaria um aumento de 2,6 bilhões de litros em relação ao mandato previsto para este ano.

Apesar da proposta de aumento da mistura, o volume ainda está abaixo do previsto pela legislação de combustíveis renováveis de 2007, que previa que os biocombustíveis deveriam alcançar 91,2 bilhões de litros no país.

Para os biocombustíveis "avançados", que emitem pelos menos 50% a menos de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) do que a gasolina e que incluem o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar no Brasil e biodiesel não produzido com oleaginosas, o mandato proposto pela



EPA foi de 15,2 bilhões de litros, 1,5 bilhão de litros a mais do que o mandato previsto para este ano.

A agência americana também propôs um mandato de 1,2 bilhão de litros de biocombustível celulósico (produzido a partir de biomassa) para 2017.

A proposta da EPA ainda será debatida em uma audiência pública nos Estados Unidos em 9 de junho e estará sujeita a comentários até 11 de julho. Espera-se que a agência divulgue sua última proposta no fim do ano.

As primeiras reações do setor produtivo americano não foram positivas. As metas desagradaram tanto ao setor de petróleo dos Estados Unidos, que consideraram os mandatos muito elevados, como aos produtores de milho do país, que fornecem grãos para a produção de etanol. Chip Bowling, presidente da Associação Nacional de Produtores de Milho, declarou em nota que os agricultores dos Estados Unidos estão "desapontados de que a EPA estabeleceu o número do etanol abaixo da lei".

Membros da agência ambiental do país afirmam que o mandato abaixo do previsto pela lei é uma forma de adequar a necessidade de misturar biocombustíveis na gasolina às limitações de mercado do país.

---

**AES Tietê planeja estreitar em geração solar ainda este ano. Camila Maia – Valor Econômico. 23/05/2016.**

Escolhida como braço de expansão da americana AES no Brasil, a AES Tietê deve estreitar na geração de energia solar fotovoltaica este ano, com o projeto do complexo que ficará nas proximidades da usina hidrelétrica de Água Vermelha, instalada no rio Grande, na divisa entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

"A Solar Água Vermelha está pronta e licenciada", disse ao **Valor** Ítalo Freitas, presidente da companhia. Segundo ele, o plano é colocar a usina, que soma 180 megawatts (MW) de potência, no segundo leilão de energia de reserva (LER) deste ano, previsto para ser realizado em outubro.

A AES Tietê já tem acordos prévios com fornecedores para o projeto, "inclusive utilizando a capacidade que a AES tem como um grupo mundial, porque há negociações que as vezes são internacionais", disse Freitas. A empresa também negocia com

fornecedores nacionais para cumprir as regras de conteúdo local, para ter acesso ao financiamento do BNDES.

O financiamento do projeto ainda não foi definido, mas a intenção é acessar linhas do BNDES e capital próprio. "A Tietê está muito bem nesse sentido, com espaço para se alavancar", disse.

O complexo, que está no portfólio da companhia há algum tempo mas ainda não tinha obtido o licenciamento, será formado por duas usinas solares, uma de 30 MW localizada em Minas Gerais e outra de 150 MW do lado paulista. Os projetos serão instalados nas proximidades de Água Vermelha, que tem capacidade para 1.396 MW. De acordo com o relatório de sustentabilidade da AES Tietê de 2015, os investimentos estimados nos dois projetos somam R\$ 1,2 bilhão. Os valores podem ter sido alterados por conta do câmbio.

"O grande ponto é a sinergia com a hidrelétrica, é o grande ponto. Vamos ter uma equipe de manutenção e de operação, tudo lá. O sistema de conexão de linhas está ali, na própria hidrelétrica", disse.

Se confirmada a contratação do projeto, será a primeira geração não hídrica da AES Tietê. Atualmente, a companhia conta com um portfólio de geração composto por nove hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), somando 2.658 MW de capacidade instalada. O faturamento da companhia somou R\$ 2,63 bilhões em 2015.

Além desses projetos, a AES Tietê estuda termelétricas no Estado de São Paulo e busca crescimento nos negócios de geração distribuída, outro foco importante dos planos da companhia para expansão da energia solar. "Essas gerações mais convencionais vamos colocar [em leilões] a medida que eles vierem com um sinal de preço interessante", disse Freitas, completando ter expectativas de que o novo governo faça isso, e não "regule o mercado via preço de leilão".

Outro foco de expansão previsto pela companhia para os próximos anos é a participação em leilões que contratem baterias para armazenamento de energia para suprir os horários de ponta da carga. Nesse segmento de baterias de armazenagem da energia, a expectativa é de crescimento do uso e redução dos preços nos próximos anos. A AES Tietê estima que, até 2025, o Brasil tenha 1000 MW em energia armazenada em baterias.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) lançou recentemente um projeto estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para inserção de sistemas de armazenamento de energia no setor elétrico brasileiro. Segundo Freitas, depois desse processo, a agência deve regulamentar a tecnologia e iniciar a realização de leilões para contratá-la.

"A gente conversa para que o governo libere o leilão de ponta para a tecnologia de 'energy storage'", disse ele. Nos Estados Unidos, a AES Corp. já saiu vitoriosa de disputas desse tipo e conseguiu contratar as baterias para reforçar o abastecimento nos horários de pico de consumo. Para Freitas, levando em conta que a regulamentação das baterias só deve sair depois do projeto de P&D, os primeiros leilões do tipo devem acontecer apenas daqui cerca de dois anos.

---

**Empresas de energia emitem debêntures de curto prazo. Daniela Meibak – Valor Econômico. 24/05/2016.**

Apesar da forte retração dos mercados de crédito e de capitais, as empresas de energia têm encontrado algum espaço para emitir debêntures, com aumento das captações neste ano. Boa parte dessas operações tem como objetivo financiar projetos de fontes renováveis leiloados no passado.

As emissões de debêntures do setor de energia somaram R\$ 2,17 bilhões de janeiro a abril em 15 operações, o que representa um avanço de 48,8% na comparação com o mesmo período do ano passado. Os dados são da Anbima, associação que representa as instituições que operam no mercado de capitais.

O setor foi o que mais captou no período, respondendo por 32,9% do total de debêntures. O segmento de transporte e logística veio em seguida, com 27,1%. Nos primeiro quadrimestre de 2015, as empresas de energia representaram apenas 8,2% do volume.

No entanto, algumas das emissões para financiar os projetos de energias renováveis - feitas pelas sociedades de propósitos específicos (SPE) - são de prazo curto. Os vencimentos vão de alguns meses a até dois anos. As operações também seguem os moldes das ofertas com esforços restritos de colocação. Em geral, são "encarteiradas" pelos bancos e não vendidas a investidores.

De acordo com fonte de uma instituição financeira que preferiu não ser identificada, o prazo mostra que as emissões têm sido usadas como empréstimos-ponte, e não como financiamento de longo prazo. Neste ano, apenas uma oferta de debênture de infraestrutura foi feita.

Entre as emissões com essas características feitas neste ano, estão as da Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V, da Usina de Energia Eólica Vila Para e da Santa Vitória do Palmar (também eólica).

"Temos acompanhando, que na comparação com demais setores, energia eólica tem mais operações e mais oportunidades. Realmente, tem havido boa demanda, bons projetos, e um 'pipeline' [operações a serem lançadas] grande", afirma Alexandre Teixeira, diretor de renda fixa e financiamento de projetos do Itaú BBA.

"Uma série de leilões aconteceu e as empresas precisam viabilizar os investimentos. Em condições normais, os projetos têm fluxo de caixa estável e previsível, por isso é relativamente fácil financiar", diz Marina Anselmo, sócia da área de mercado de capitais do escritório Mattos Filho.

Com a crise hidrológica iniciada em 2012, o país aumentou o foco em projetos de energia renovável e, nos anos seguintes, foram promovidos mais leilões para geração a partir de fontes alternativas. Depois de dois a três anos dos leilões, as companhias precisam entregar a energia contratada e, por isso, têm necessidade de caixa para fazer frente aos investimentos.

O setor conta com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, quando as empresas participam dos leilões, as condições de financiamento já são dadas. Uma parcela pequena é financiada pelo mercado de capitais - cerca de 20%, segundo Marina. Algumas vezes, o próprio BNDES subscreve as debêntures.

"Há movimento para captação nesse setor porque empresas ganharam concessões em leilões recentes, sobretudo no Sul e no Nordeste, onde venta bastante, e pelo momento atual do cronograma precisam entregar energia em breve. A fase atual é de levantamento de recursos e o mercado de capitais serve como fonte suplementar", diz Ricardo Russo, sócio do escritório Pinheiro Neto. Russo lembra que, em alguns

projetos, o BNDES aceita compartilhar garantias, o que traz mais facilidade para fazer a operação via mercado.

Russo destaca também uma terceira fonte de recursos - a Caixa Econômica Federal. Segundo ele, a Caixa capta via BNDES e repassa o dinheiro para as companhias, ganhando um spread. "Esse tipo de operação é cara. Vimos pouco no passado, mas está ficando mais forte. Dois clientes já foram a Brasília para conversar com o banco para tentar repasse", explica.

O caminho mais eficiente, mas não tão frequente quanto desejado, é a captação via debêntures de infraestrutura, que seguem as regras da Lei nº 12.431, que dá isenção ao investidor pessoa física.

De acordo com Teixeira, do Itaú BBA, o mercado voltado para pessoa física está aquecido neste ano, mas a procura tem sido por títulos com prazos mais curtos. Por isso, há pouco interesse por papéis de infraestrutura, que geralmente têm prazo mais longo.

"Vimos um começo de ano forte para títulos incentivados, mas a maior parte é de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Debêntures de infraestrutura, só vimos uma operação. Tivemos um volume interessante para esse investidor, mas com prazos menores aos que as debêntures exigem", diz.

Hans Lin, responsável pelo banco de investimento do Bank of America Merrill Lynch (BofA), afirma que o setor de energia tem vários projetos com necessidade de financiamento, mas pondera que o mercado local de dívida é muito dependente dos bancos e, no momento, está mais restritivo. "Não vemos abundância [de recursos] para o setor", diz.

Segundo Lin, as emissões vistas no mercado são "oportunistas". Ele pondera que, no geral, a situação não está fácil para as empresas, que muitas vezes precisam recorrer à venda de ativos. "Vemos o mercado de fusões e aquisições muito ativo. Empresas não conseguem financiar o projeto e optam por vender para quem tem condições de colocar a operação de pé", afirma.

---

**Justiça autoriza leilão de duas usinas do Grupo Infinity. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 24/05/2016.**

A Justiça autorizou o início do leilão de duas usinas do Grupo Infinity como parte do processo de recuperação judicial da companhia. O despacho foi publicado ontem pelo juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais.

Serão leiloadas a Usina Usinavi, localizada em Mato Grosso do Sul, com capacidade de processamento de 3,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, e a Usina Ibirálcool, na Bahia, com capacidade de moagem de 1 milhão de toneladas. A Usina Ibirálcool deverá ser leiloadada com lance mínimo de R\$ 30 milhões.

A Infinity Bioenergia possui seis unidades produtoras e está em recuperação judicial desde 2009.

---

### **Oportunidade para o nosso etanol. Adriano Pires – O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 24/05/2016**

A indústria automobilística passa por uma crise em que fabricantes vêm perdendo milhares de dólares no valor de suas empresas em razão do escândalo de terem enganado governos e consumidores mundo afora sobre as reais emissões de CO2 dos automóveis. Se há um ponto em comum em todas as agendas dos diferentes países é o que inclui a redução das emissões de poluentes e gases de efeito estufa. Mesmo as grandes empresas petrolíferas, como as tradicionais ExxonMobil e Shell, têm declarado que seus planos de negócio cada vez mais refletem as preocupações com a política do clima.

Em 2015, veio à tona o caso da alemã Volkswagen, denunciada por ter instalado um software para manipular os resultados de emissões em milhões de veículos a diesel em todo o mundo, para que dessem a impressão de ser menos poluentes. O que parecia ser um problema restrito à Volkswagen logo atingiu outros fabricantes. A montadora japonesa Mitsubishi Motors admitiu ter exagerado sobre a eficiência do consumo de combustível de mais de 620 mil carros, alguns destes também construídos pela nipônica Nissan, e ainda se averigua a possibilidade de essas manipulações de resultados estarem ocorrendo desde 1991.

Estes casos de fraudes no consumo de combustíveis e reais emissões de poluentes por veículos automotivos, somados à maior importância da agenda ambiental, obrigarão as

empresas a mudanças em suas tecnologias de motor e a uma maior utilização de combustíveis limpos. Não é à toa que o mundo já vive uma febre quanto aos carros elétricos e o fabricante Tesla e o seu fundador, Elon Musk, são considerados uma espécie de nova Apple e ele, um novo Steve Jobs.

No Brasil há combustíveis que podem surfar nesta onda: o etanol e, até mesmo, o biodiesel. Para tanto, é preciso criar políticas públicas que incentivem a produção de biocombustíveis, em vez de ficar achando que o carro elétrico é uma grande solução para o Brasil. É a chance de o etanol brasileiro ocupar uma posição de destaque na matriz de combustível mundial.

Os veículos híbridos, como os flexfuel, e os puramente movidos a etanol são vantajosos por usarem um combustível renovável, limpo e autossustentável. O uso do etanol hidratado reduz a emissão de poluentes na atmosfera e é isento do nocivo material particulado fino causador de doenças respiratórias e de câncer.

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de etanol (o País ocupa a 2.<sup>a</sup> posição do ranking liderado pelos EUA) e tem as vantagens comparativas de ter tecnologia, terra fértil, sol e água. O País, que já foi considerado a Arábia Saudita Verde, perdeu posição por causa de uma política errática de stop and go que só trouxe instabilidade regulatória e insegurança jurídica.

Na contramão do mundo, o governo brasileiro, após o anúncio das grandes reservas do pré-sal, passou a achar que a solução energética para o País estava exclusivamente ligada ao aumento da produção de uma energia poluente, velha e dinossáurica, o petróleo. Essa opção fez com que o governo implantasse no País uma desastrosa política de subsídio aos preços da gasolina, que provocou a quebra de dois ícones brasileiros: a Petrobrás e o etanol.

Para que o País se aproveite da mudança que, obrigatoriamente, vai ocorrer na indústria automobilística é preciso estabelecer um planejamento de longo prazo, em que o preço do etanol reflita a sua vantagem ambiental. É preciso desvincular a política de preço da gasolina da do etanol. A política de preço da gasolina deve ser transparente, sem intervenções, de acordo com as tendências do mercado internacional. Do ponto de vista tributário, a gasolina deve ter seu preço acrescido de uma Cide que reflita o fato de ser mais poluente que o etanol e que seja alterada em razão do preço do barril de petróleo. Ou seja, quando o barril estiver baixo, como atualmente, a Cide deve ter um valor

maior. Isso manteria a competitividade do etanol e, ao mesmo tempo, criaria um colchão para momentos em que o barril estivesse muito alto. Fica a sugestão para o governo.

Adriano Pires: Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)

---

**Empregos em energia renovável aumentam 5% em todo o mundo. Bruno Rosa – O Globo, Economia. 27/05/2016**

*Segundo a Irena, associação internacional do setor, Brasil foi um dos poucos países a apresentar corte de postos de trabalho*

RIO - Mais de 8,1 milhões de pessoas trabalham na indústria de energia renovável em todo o mundo neste ano. O número é 5% maior em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com estudo inédito feita pela Irena, associação internacional do setor. O aumento contrasta com a redução do setor petrolífero, já que as grandes companhias do setor vêm enxugando suas atividades e fazendo um pesado corte de funcionários.

No ranking das renováveis, a solar concentra hoje o maior contingente de mão de obra no mundo, com 2,8 milhões (em 2015, eram 2,5 milhões de pessoas). Em seguida, aparecem os biocombustíveis, como o biodiesel, com 1,7 milhão. Depois, está a eólica (com 1,1 milhão), em um crescimento de 5%. O crescimento global, no entanto, poderia ser maior não fosse a crise que assola o Brasil, onde muitos projetos de energia vêm apresentando demora, com a falta de interesse dos investidores em participarem de leilões de energia promovidos pelo governo.

Entre os países, quem puxou o crescimento foi a China, país onde já há mais empregados na atividade de energia renovável, com 3,5 milhões de postos, do que no setor de óleo e gás, com 2,6 milhões. Nos Estados Unidos houve alta de 16% na força de trabalho oriunda das energia solar e eólica, por exemplo, chegando a 769 mil postos de trabalho, em contraste com a queda de 18% nos campos de petróleo.

— Esse aumento é fruto da redução dos custos da energia renovável em todo o mundo — disse Adnan Z. Amin, diretor-geral da Irena, lembrando que as renováveis vão mais que dobrar sua participação da matriz energética mundial, gerando mais de 24 milhões de empregos.



O Brasil, segundo maior empregador do mundo, com 918 mil pessoas, foi na contramão e cortou cerca de 41 mil postos devido à redução na atividade de etanol. “Os empregos em biocombustíveis caíram 3% com a queda puxada por etanol devido à mecanização”. Em outro momento, a Irena afirma ainda que as novas instalações solares tiveram recuo de 3% no ano passado devido aos atrasos na implementação do Minha Casa Minha Vida e na redução total dos investimentos no setor.

---

**Vale do Paraná e Albioma fazem joint venture em cogeração. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 31/05/2016.**

Em mais um passo para crescer no Brasil, a companhia francesa de energia Albioma acertou com a usina Vale do Paraná, localizada no município paulista de Suzanópolis, a criação de uma joint venture para ampliar e gerenciar o negócio de cogeração de energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar produzido na unidade, que foi uma das vencedoras do último leilão de energia elétrica A-5, ocorrido um mês atrás.

A Vale do Paraná negociou na ocasião a venda de 120 gigawatt-hora (GWh) ao ano por um preço de R\$ 245,20 o megawatt-hora (MWh), vinculado à variação da inflação, ao longo de 25 anos, contados a partir de 2021.

A Albioma terá uma participação de 40% na joint venture e os donos da Vale do Paraná, 60%. A Vale do Paraná tem como sócios o guatemalteco Grupo Pantaleon (com 60%) e a colombiana Manuelita (com 40%). Conforme foi acertado na joint venture, a Albioma e os proprietários da Vale do Paraná deverão fazer um aporte de R\$ 100 milhões para aumentar a capacidade instalada da unidade. Com a ampliação, a Vale do Paraná quer garantir o fornecimento da carga contratada no leilão.

A Albioma e a Vale do Paraná esperam que o BNDES financie uma parte do investimento, uma vez que o projeto tornou-se elegível após vencer o leilão de energia.

Atualmente, a usina tem capacidade de cogeração de 16 MW, que são consumidos pela própria unidade. Para a geração de energia, a fábrica consome apenas parcela das 540 mil toneladas de bagaço que resultam da cana processada, enquanto a outra parte é vendida a usinas da região. Com o aporte, a Vale do Paraná passará a ter capacidade instalada de 48 MW e consumirá todo o bagaço de cana gerado na usina.

Aproximadamente 80% do investimento será destinado à ampliação de capacidade da indústria. Para isso, o plano é modernizar a caldeira atual para que ela possa operar com uma pressão maior, substituir o gerador existente para que suporte maior pressão e adquirir um novo gerador, também apropriado para operar sob alta pressão. Os outros 20% do aporte serão direcionados à construção de linhas de transmissão para a conexão da usina com o sistema interligado nacional (SIN) que deverão percorrer 20 quilômetros.

Os 120 GWh por ano comercializados pela usina Vale do Paraná no leilão A-5 representam cerca de 80% da energia exportável pela unidade. Os demais 20% que a planta terá capacidade de exportar ao sistema (aproximadamente 29 GWh ao ano) serão vendidos no mercado livre.

Para a Albioma, a entrada no negócio de cogeração na usina Vale do Paraná representa o maior passo dado pelo grupo francês em direção à sua meta de deter uma capacidade instalada no Brasil de 600 MW até 2024.

Contando com o controle nas unidades de Rio Pardo e na Codora, em parceria com a Jalles Machado, a múlti francesa terá 156 MW de capacidade no país, volume pequeno se comparado aos 750 MW que a companhia tem de potência instalada no mundo atualmente.

Por enquanto, os negócios da Albioma no Brasil representam menos de 4% do faturamento do grupo francês, conforme dados divulgados no balanço de 2015. Mas essa participação deve aumentar, já que a cogeração da Codora foi finalizada recentemente, segundo Christiano Forman, diretor-presidente da Albioma no Brasil.

O crescimento da unidade Vale do Paraná também elevará a participação dos negócios brasileiros no resultado do Grupo Pantaleon. A usina contribui hoje com cerca de 5% do faturamento anual da companhia, de US\$ 1 bilhão. A expectativa de Salvador Biguria, diretor da companhia, é que o investimento leve o Brasil a representar entre 8% e 10% do faturamento do grupo.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite



**Pesquisadores**  
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214  
Fax: 21 2224 8577 - r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

**Secretária**  
Diva de Faria